

HONRA, FAMÍLIA E POLÍTICA: LÓGICAS MORAIS COMO ELEMENTOS DE DISTINÇÃO PARA PERMANÊNCIA NO PODER POLÍTICO SOBRE UMA FAMÍLIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS

HONOR, FAMILY AND POLITICS: MORAL LOGICS AS AN ELEMENT OF DISTINCTION TO MAINTAIN POLITICAL POWER OVER A FAMILY IN THE BACKLANDS OF PERNAMBUCO BASED ON THE USE OF BIBLIOGRAPHIC RECORDS

Antonio Nacilio Sousa dos Santos¹

UFES/UFC: <https://orcid.org/0000-0001-6792-1806>

DOI: [10.21680/1982-1662.2024v7n39ID35213](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n39ID35213)

Resumo

A pesquisa estudou o conceito de “honra de família” a partir do universo de uma elite política no sertão pernambucano. A noção de honra engloba um sistema de valores e afetos que ainda hoje possui força simbólica para interações entre membros que se orgulham de compartilhar do mesmo sobrenome, “seja por meio da exaltação do que chamamos de ethos de poder familiar” (Sá; Campos, 2022), seja pela força de reconversão que ganha esse orgulho num jogo por distinção social com resultados práticos para a permanência no poder político partidário. Dito isso, o referencial teórico para a análise está circunscrito através dos trabalhos de Becker (2008), Bourdieu (1989, 2008, 2017) e Elias (2001). Fez-se uso da metodologia bibliográfica para a obtenção dos dados empíricos a partir de dois livros de memórias publicados

¹ E-mail: naciliosantos1@hotmail.com

por membros do grupo objeto deste estudo de caso, a família Pereira do Pajeú. Concluiu-se que a honra familiar, ainda hoje bastante utilizada por grupos políticos familiares, é utilizada para a permanência e perpetuação do poder político local tendo como instrumento, neste caso, a utilização de publicações de registros bibliográficos familiares.

Palavras-chave: Honra. Família. Política partidária.

Abstract

The research studied the concept of “family honor” from the universe of a political elite in the backlands of Pernambuco. The notion of honor encompasses a system of values and affections that still today has symbolic force for interactions between members who are proud to share the same surname, “either through the exaltation of what we call the ethos of family power” (Sá; Campos, 2022), whether through the force of reconversion that gains this pride in a game for social distinction with practical results for remaining in party political power. That said, the theoretical framework for the analysis is circumscribed by the works of Becker (2008), Bourdieu (1989, 2008, 2017) and Elias (2001). Bibliographic methodology was used to obtain empirical data from two memoirs published by members of the group object of this case study, the Pereira do Pajeú family. It was concluded that family honor, still widely used by family political groups today, is used for the permanence and perpetuation of local political power using as an instrument, in this case, the use of publications of family bibliographic records.

Keywords: Honor. Family. Party politics.

Introdução

Serra Talhada é um município que está localizado no sertão do Pajeú², interior de Pernambuco, distante cerca de 420 km da capital, Recife. Ele é marcado,

² A região é composta por 17 municípios onde Serra Talhada se destaca como o mais populoso, com 92.128 mil habitantes, conforme o Censo IBGE de 2023. O município é considerado o segundo maior colégio eleitoral do sertão do Estado, ficando atrás de Petrolina-PE.

historicamente, por longas e violentas disputas de poder em nome da chamada *honra de família*. Sobre honra de família, entendemos que “engloba um sistema complexo de valores que ainda hoje serve como elo de sociabilidade entre membros que compartilham do mesmo sobrenome, seja por meio da exaltação dos costumes familiares” (Sá; Campos, 2022, p. 104). Assim, tornou-se uma terra permeada, no imaginário social, por histórias de intrigas, alianças entre coronéis³ e cangaceiros, usando a perspectiva da moral familiar para permanecer no poder político local. A cidade é administrada ainda hoje por um estigma beligerante reavivado, não por acaso, em declarações de autoridades e reportagens na imprensa.

Metodologicamente utilizamos os seguintes registros bibliográficos para o desenvolvimento desta pesquisa, ou seja, dois livros que versam sobre o surgimento e a importância da família Pereira para o sertão pernambucano, sendo estes: “Vida bela, os Pereiras e outras histórias” (Wilson, 2018) e “Serra Talhada - 250 anos de história e 150 anos de emancipação política” (Lorena, 2019).

Investiga-se aqui, enquanto objeto de estudo, um grupo descendente de portugueses, afirma Wilson (2018, p. 25) que chegou ao sertão pernambucano na segunda metade do século XVIII, originários, segundo as próprias construções narrativas que os Pereiras fazem de si, “de uma linhagem de barões”. Em outras palavras, uma família que possui laços de descendência com nobres que aportaram em Pernambuco em maior quantidade no século XVII.

Os Pereiras são os únicos, dentre as famílias políticas tradicionais de Serra Talhada, que se mantêm empenhados em cultivar até hoje aquilo o que atribuímos ser um *ethos de poder familiar*, que pode ser traduzido por um orgulho ou “*sentimento Pereira de ser*”. Desse modo, o artigo está dividido da seguinte forma: a) o livro “*sagrado*” de Luiz Wilson que denominou de “Vila Bela, os Pereiras e Outras Histórias” (2018) que versa sobre a origem da família Pereira. Faz uma imersão sobre a importância política, cultural, econômica, religiosa e social desta família para a região. Posteriormente, b) damos enlace ao empreendimento moral de Luiz Lorena que está contido no livro denominado de “Serra Talhada - 250 anos de história e 150 anos de emancipação política” (2019). Este, não diferente daquele, busca endossar no imaginário coletivo, a relevância que a família Pereira possui para a sociabilidade cotidiana da cidade e adjacências. Esse apanhado analítico vai sendo costurado com

³ “Coronéis” é uma denominação oriunda de pessoas que possuíam poder econômico e político no interior do nordeste brasileiro.

uma análise fecunda sobre a importância dos registros bibliográficos para a construção de um *ethos moral* e, conseqüentemente, a perpetuação do poder político local.

O livro “sagrado” de Luiz Wilson

Em “*Vila bela, os Pereiras e outras histórias*”, que teve a primeira edição lançada em 1974, o autor Luis Wilson lança as bases do discurso sobre a construção moral da família. A obra é considerada uma espécie de “clássico” da genealogia e historiografia local, tomado por muitos pesquisadores da região como um dos livros mais importantes para se conhecer o contexto sócio-político de famílias tradicionais da região, especialmente, da família Pereira.

Luis Wilson é Luis Wilson de Sá Ferraz, que apesar de não registrar o Pereira no nome, tem o orgulho de situar a si mesmo em uma genealogia que advém da linhagem Pereira, isso, dentro do próprio livro que escreveu⁴. Sua linhagem Pereira advém da mãe, Maria Licor Pereira Ferraz cujos pais foram Isidoro Pereira de Aguiar e Francisca Pereira de Souza. Além de escritor, este serra-talhadense – nascido em 1917 e falecido em 1987 – também foi médico e político, tendo ocupado o cargo de deputado estadual por Pernambuco.

Luis Wilson foi ainda um dos fundadores do Centro de Estudos de História Municipal (CEHM), instituição a qual financiou o livro “Vila Bela, os Pereiras e outras histórias” e que, hoje, é ligada à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), mantida pelo governo do Estado. O CEHM vem sendo responsável pela publicação de livros sobre as histórias e memórias de diversos municípios pernambucanos. No site da Família Pereira do Pajeú⁵, o grupo define Luis Wilson da seguinte maneira:

Luis Wilson de Sá Ferraz, médico oftalmologista, deputado estadual de um único mandato onde exerceu com galhardia; passando-lhe a cachaça da política (infelizmente não é de agora que homens de bem fogem da política), fez-se escritor, historiador, genealogista, memorialista e com amigos fundam o CEHM; foi um associado exemplar, participativo, muito contribuiu com a solidificação e existência [...] [do] CEHM, sem dúvidas, é o maior editor da história municipal de Pernambuco. [...] VILA BELA OS PEREIRAS E OUTRAS HISTÓRIAS [...] chegou a ser comercializado em SEBOS por R\$ 800,00. [...] continuará merecedora de muitas citações por todos que escrevem e falam do nosso sertão pernambucano, por suas informações primárias, inclusive,

⁴ Publicada em 1974, a obra foi relançada em 2018.

⁵ Site da Família Pereira de Pajeú: <https://famiлипereira.net.br/>

algumas novas contempladas nesta segunda edição. Uma referência na história do sertão e porque não dizer da história de Pernambuco (Webmaster, 2018).

Na sua obra mais célebre, Luis Wilson traça também – além do levantamento genealógico dos Pereiras e de várias outras famílias tradicionais da região – o perfil de alguns dos “heróis” da família Pereira ao longo de décadas de combate no sertão de séculos passados. Não coincidentemente, Luis Wilson previamente já classifica que se trata de um grupo de linhagem nobre. Reivindica-se, nas primeiras páginas do livro, que “a família Pereira é também portuguesa ligada à Casa de Bragança, a qual pertencem os imperadores do Brasil” (Wilson, 2018, p. 59).

Além de enfatizar a origem nobiliárquica dos Pereiras, faz-se também importante destacar nas primeiras páginas da obra o sentido de uma origem genealógica que possa justificar a afeição pelos valores de honra ligados à valentia, coragem e afeição pela guerra que se atribui comumente aos Pereiras. Para justificar essa visão de mundo, o autor cita o patriarca da família Pereira do Pajeú, José Pereira da Silva, como oriundo do “conhecido e belicoso clã dos Feitosas dos Inhamuns⁶, no Estado do Ceará. [...] segundo uma tradição existente no seio da família Feitosa, tiveram origem os Pereiras do Pajeú” (Wilson, 2018, p. 66).

Corroborando a construção de uma tese genealógica que legitima uma origem de homens e mulheres valentes, o livro também em seu início associa aos Feitosas dos Inhamuns e, por consequência ao parentesco com os Pereiras, a família do cangaceiro Lampião. O autor conecta pela mesma linhagem de sangue José Ferreira da Silva, pai de Lampião, citando-o como “ligado aos famosos Feitosas de São João dos Inhamuns” (Wilson, 2018, p. 66). Lampião teria herdado a veia bélica do avô Antônio Ferreira da Silva, cujo – conforme os escritos de Luis Wilson – “o verdadeiro nome nos Inhamuns, no Ceará, de onde veio para Serra Talhada no século 19, há quem diga que era Antônio Alves Feitosa” (Wilson, 2018, p. 69).

Tem-se, portanto, não apenas a tentativa de construção de uma ligação parental entre Feitosas, Pereiras e Ferreiras⁷, mas principalmente simbólica com um

⁶ Sabe-se que a família Feitosa era do Engenho Currais de Sirinhaém, em Pernambuco, retirando-se dali para o Ceará, onde se fixou nas cercanias de Icó, que foi perseguida por ter tomado parte da Guerra dos Mascates em 1710. Deu-se uma questão sangrenta com a família Montes. Entrelaçados com os Feitosas por um matrimônio, a rixa surgiu entre parentes acrescidos mais tarde de uma luta feroz e sanguinária por terras (Wilson, 2018).

⁷ Em evento literário com a presença deste pesquisador e de Vera Ferreira (neta de Lampião), como palestrantes, realizado em novembro de 2021 em Serra Talhada (FLIST- Festa Literária de Serra Talhada), um dos participantes solicitou o microfone para fazer uma pergunta a ela. Na ocasião,

grupo de antepassados “guerreiros”. É a partir de então, que o autor relata causos e aventuras dos 12 filhos do casal tronco dos Pereiras no Pajeú, José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Dentre os perfis traçados por Luis Wilson, destacam-se as nuances do primeiro filho do casal, Simplício Pereira, que reúne traços marcantes do sistema moral da honra, nestes termos:

As estórias que contam de Simplício Pereira no mundo em que ele viveu não têm fim. Uma ocasião, sete ou oito índios o aprisionaram e um deles o levava nas costas, amarrado. Peinha de Mão, um dos apelidos de Simplício (porque ele era pequeno como a peia que se bota nas mãos dos cavalos, no Sertão), conseguiu-se soltar-se com uma faca que trazia escondida e cravou no índio, saindo em desabalada carreira para a casa da fazenda. Ali, assediado por flechas, entrincheirou-se, e matou os índios que o levaram preso. Dizem também que inimitável cronista, jornalista e historiador João Brígido (1829-1921), publicou um artigo no qual apontava Simplício como autor de 50 mortes. O capitão recebeu o jornal e ao lê-lo ficou revoltado: “Jornalista, canalha, diz que sou autor de mais de 50 mortes! Que bandido!”, exclamou para a esposa, a qual teria respondido: “Mas, Simplício, contando com os caboclos brabos é capaz de passar dos 50”. [Em resposta] “Ora, que besteira, mulher”, concluiu Simplício meio enjoado: “Eu falo é de gente batizada”. Conta-se ainda que no dia em que o capitão subiu e tomou a Serra Negra, [no município] em Floresta, seu jovem e ardoroso amigo Lúcio Campos, sem saber que ele havia sido o herói do grande feito, ao chegar ao topo da serra e não o encontrando, teria dito: “Cadê, Simplício Pereira? Eu sabia que quem tem ‘aquele negócio’ tem medo.” Simplício soube da estória e disse a Lúcio: “Eu tenho ‘aquele negócio’ que você falou, mas é para outra coisa, não é pra ter medo, porque eu até hoje não sei o que é ter medo de coisa alguma neste mundo. Era assim, na realidade, o velho capitão da invicta Guarda Nacional, proprietário da fazenda Cachoeira, árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas lendas guerreiras. Simplício Pereira vive, ainda hoje, na memória dos vaqueiros e dos cantadores do Pajeú (Wilson, 2018, p. 77-78).

Tem-se neste breve perfil de Simplício Pereira o resumo da imagem edificada de um “herói” pela sua coragem, especialmente, diante a sua baixa estatura. A morte mais uma vez surge como sentença legitimadora do patriarca. Tanto no assassinato de indígenas, quanto pela quantidade que se provou o seu valor com “mais de 50 mortes nas costas”. Curioso que, segundo relata Luis Wilson, a contagem de Simplício Pereira de suas vítimas fatais só é aceita moralmente entre vítimas “batizadas”. Ou seja, os que ele deva ter matado, que se sabia sem a unção da Igreja, não mereciam entrar para a sua lista de sangue. Subentende-se, desse trecho, que seria até uma “honra” para as vítimas batizadas morrerem pelas mãos deste Pereira.

chamou a atenção a primeira coisa a ser falada por ele: a sua origem genealógica e o parentesco dele com os Ferreiras de Lampião.

A noção de justiça está, portanto, no que o Pereira julgar como certo. Desse modo, os livros de memórias escritos pelos ditos pesquisadores da família podem contribuir para sedimentar simbolicamente essa conduta. Como nos disse Bourdieu (2008, p. 127), a família considerada enquanto categoria, isto é, “palavra de ordem”, age como princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Diante disso o autor reforça, sem dúvidas, que “as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social e que, ao mesmo tempo, existem realmente, coletivamente reconhecidas”.

Nessa perspectiva, as realidades construídas pelos livros de memória de família podem fazer parte do que Bourdieu (2017, p. 25) “classifica como ficção bem fundamentada”. Corroborando essa definição, analisa-se ainda do perfil construído de Simplício Pereira, a exigência da masculinidade como reforço à noção de nobreza e honra. Luis Wilson no trecho do livro acima menciona, por meio de um diálogo, ser Simplício um suposto “avantajado”, em termos de genitália.

Na fala do personagem, o autor associa o falo à coragem e ao fato de nunca ter tido medo de homem algum. Sobre essa questão, Bourdieu (2017, p. 41) explica que “não é o falo que é o fundamento desta visão de mundo e sim, é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gênero relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo constituído em símbolo da virilidade, ponto de honra”. Ao analisar a construção da masculinidade associado a um *habitus* viril, Bourdieu (2017) reflete que a honra se inscreve no corpo:

Sob forma de um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes visíveis na maneira natural de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, de uma atitude, uma postura, às quais corresponde uma maneira de pensar e de agir, um *ethos*, uma crença, governa o homem de honra independentemente de qualquer pressão externa. Ela dirige (no duplo sentido do termo) seus pensamentos e suas práticas, tal como uma força (é mais forte do que ele), mas sem o obrigar automaticamente (ele pode furtar-se ou não estar à altura da exigência), ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se), mas sem se impor a ele como uma regra ou como o implacável veredicto lógico de uma espécie de cálculo racional (Bourdieu, 2017, p. 75).

O “não ter medo” de Simplício Pereira, portanto, recai sobre uma ideia de destino inscrito no código de honra da família. Ele tem ainda a nobreza legitimada ao ser construído como “árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas

legendas guerreiras”. Ou seja, a forma de guerrear torna-se também motivo de orgulho e de distinção própria do seu grupo.

A nobreza ou a questão de honra, no sentido do conjunto de aptidões consideradas nobres, como coragem física e moral, generosidade, magnanimidade, entre outras, é produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas “linhas de demarcação mística” conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. Assim como a honra, ou a vergonha, o seu reverso que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (Bourdieu, 2017, p. 75-77).

Tem-se, portanto, na mente e no corpo do Pereira as disposições para um *habitus* cujos valores da honra se fazem inerentes. Luis Wilson narra a construção de um “herói” sugerindo quatro características morais do sistema da honra: coragem, virilidade, aptidão para a guerra e devoção aos valores Igreja, por exemplo, quando se nega a contar vítimas “não batizadas” ou quando os patriarcas se colocam no polo de uma nobreza concessionária de “perdão”.

Como exemplo, Luís Wilson (2018, p. 200) escreve que o coronel Manuel Pereira diante de alguns remanescentes do massacre da Pedra do Reino já rendidos após a sanguinária batalha agiu, nestes termos: “Elevando-se à altura de um Francisco de Assis, de um São João de Deus ou de um Mahatma Gandhi”, quando se revelou “com uma alma imensa” ao dizer para os seus homens, ante um grupo de mulheres e crianças que lhe imploraram pela vida:

Meus amigos, perdão para estes desgraçados. Para que maior desgraça que terem perdidos os seus naturais protetores e acharem-se reduzidos a este lastimável estado? Perdão para eles, para que Deus também perdoe as nossas faltas. Por isso, poupemos estes infelizes que, perdidos por uma má doutrina, permitiu Deus caírem em nossas mãos para serem salvos (Wilson, 2018, p. 200).

Esse trecho marca mais uma recorrência do discurso religioso na crença dos antepassados da família Pereira. A força do perdão concedido por Deus aos guerreiros da família, no caso do massacre da Pedra Bonita, legitima a ideia de nobreza da ação do coronel Manuel Pereira em conceder benevolência aos “desgraçados”. É bom frisar, antes de mais nada que, como todo bom cristão, Manuel Pereira pensa primeiro na própria salvação e age, assim, por mero interesse quando diz: “Perdão para eles, para

que Deus também perdoe as nossas faltas.” Dito em outros termos, neste caso do massacre da Pedra Bonita, a ética cristã reforça a conduta dos Pereiras tanto do ponto de vista da justificação dos assassinatos quanto do perdão concedido aos sobreviventes visando, na verdade, a autoaprovação moral.

O empreendimento moral de Luiz Lorena

Na obra “Serra Talhada - 250 anos de história e 150 anos de emancipação política” o autor, Luiz Lorena de Conrado e Sá, justifica logo na apresentação do livro que a obra foi escrita por suas mãos e tardou a ser publicada porque para falar da cidade ter-se-ia “que mencionar – o que se poderia dizer abusivamente – os nomes dos meus ancestrais, construtores, junto com [as famílias] Magalhães e Carvalhos, dessa nação denominada Serra Talhada” (Lorena, 2019, p. 5).

O livro, prefaciado pelo respeitado escritor e historiador Frederico Pernambucano de Mello, ganha dele a legitimação de pesquisa sob a alcunha de que o seu escritor é “o Pereira de maior patente social com quem privamos hoje” (Lorena, 2019, p. 10). A obra, nas palavras de Frederico Pernambucano, arvora-se na memória de alguém “opinioso” como “todo Pereira”, que assim o resume:

Luiz Lorena é um episódio muito elevado da consciência cívica sertaneja a que um dia os filhos do Pajeú darão o valor devido. Ele já não mais se pertence. Nem mesmo à sua família tão admiravelmente formada à sombra do patriarca. Já é uma instituição, a modo de memorial que encerrasse, entre as balizas da bravura e da solidariedade, a soma das qualidades de um homem da velha ribeira pernambucana (Lorena, 2019, p. 11).

Assim, logo de início, já se reforça no prefácio da obra valores de nobreza do seu escritor como sendo alguém vítima de uma grande consciência cívica, bravo e solidário. “Serra Talhada - 250 anos de história e 150 anos de emancipação política” já nasce com o estatuto de obra seminal sobre a história da cidade a qual, segundo o seu próprio autor, por meio dela “a nós é atribuída à tarefa de contemplar o passado, conviver com o presente e programar o futuro” (Lorena, 2019, p. 21). Luiz Lorena assumiu a prefeitura de Serra Talhada em quatro oportunidades: 1945-1946; 1946-1947; 1955-1958; 1964-1969.

Em seu site, a família Pereira do Pajeú o define nestes termos: “Além de um influente político, Fiscal de Renda do Estado, foi um grande estudioso da história do município, era considerado uma verdadeira ‘enciclopédia viva’ e servia como fonte de

pesquisas para estudantes e pesquisadores” (Ferreira, 2016). Luiz Lorena registra em seu livro de memórias um pormenor que marca, no jogo da honra, a legitimidade da linhagem familiar como garantia de nobreza política, nestes termos:

Acompanhado pelo deputado Methódio Godoy compareci à residência do deputado Agamenon Magalhães a Rua da Amizade em Recife. Informei ao mesmo que achava prudente exonerar-me do cargo de prefeito de Serra Talhada em face da frieza que fui recebido pelo Interventor General Demerval Peixoto. Ele [Agamenon] indagou: “Você é neto de quem em Serra Talhada?”. E respondi: “De Isidoro Conrado”. [Então ouvi]: “Nasceu de boa cepa, aguenta pressão. Não se afaste do cargo, espere a exoneração. Quando o Diário Oficial publicá-la, compre uma Folha da Manhã, nosso jornal, e leia meu artigo na primeira página.” Cinco dias depois, foi publicado o ato de meu afastamento. No dia seguinte, como prometera, um artigo informou ao Brasil sobre a hostilidade recebida e como um grito de montanha arrebatou: “Ele voltará”. E eu voltei (Lorena, 2019, p. 141-142).

Conforme o registro acima, “cepa” faz menção à linhagem da pessoa. A família aparece novamente em reforço ao *ethos de poder* dos Pereiras, especialmente, quando se enfatiza o fato de “aguentar pressão” como sendo algo herdado pelo sangue. A conduta moral é, assim, ligada à constituição biológica da família. Na obra, Luiz Lorena traz detalhes sobre a emancipação da cidade e apresenta um perfil histórico e religioso do município, o qual recebe a legitimação de um padre chamado Egídio Bisol (hoje bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira). Luiz Lorena registrou no seu livro o discurso deste pároco para dezenas de fiéis realizado na Matriz da cidade, em 8 de setembro de 1991, nestes termos:

É com muita satisfação que apresento este perfil histórico-religioso fruto das pesquisas incansáveis daquele arquivo vivente da história da nossa cidade que é o Senhor Luiz Lorena. Que todos os jovens, em primeiro lugar, conhecendo melhor suas raízes possam sentir-se animados em trabalhar para ‘construir a cidade’ com sempre maior fraternidade e justiça, sob o olhar materno de Nossa Senhora da Penha (Lorena, 2019, p. 54).

Mais uma vez tem-se aqui o discurso religioso legitimando, em público, dentro do principal centro de orações da cidade, o trabalho e o nome de um Pereira. Mescla-se novamente as categorias honra, família e religião num pacote simbólico ofertado na figura de um livro considerado moralmente digno de ser lido pelas novas gerações de serra-talhadenses. Esse ato só atesta a força da violência simbólica sobre a população, posto que o anúncio vem revestido por um momento “sagrado” de fé, da boca de um padre, dentro de uma igreja e no dia de forte comoção e apelo emotivo

que é o da Padroeira do município.

Curiosamente, um dos casos contados por Luiz Lorena em seu livro de memórias dá conta sobre a relação conflituosa da família Pereira com outro padre, o cearense Afonso Pequeno, que assumiu a paróquia do município no início de 1904 e virou um desafeto político dos Pereiras após aliar-se aos seus principais rivais, os Carvalhos, como conta o autor no trecho abaixo:

Naquele ano [1904] rompeu-se no Crato (CE) a aliança política entre os coronéis José Belém de Figueiredo e Antônio Luis Alves Pequeno, primo do Monsenhor Afonso, com declaração de guerra entre as duas facções. O Monsenhor, vigário de Vila Bela, solicitou as lideranças locais, cangaceiros, armas e munição para ajudar o primo Antônio Luis, na deposição do coronel Belém. O coronel Antônio Pereira da Silva, chefe da família Pereira, sob o pretexto de que não devia ser esta a posição de um sacerdote, negou-se a ajudá-lo. Por outra parte, os representantes da família Carvalho [rival dos Pereiras] se apresentaram para servi-lo. Assim, o Monsenhor, vitorioso, voltou a Vila Bela trazendo a ideia fixa de derrotar a família Pereira na eleição municipal do período seguinte. Foi mais uma vez vitorioso. No entanto, em Vila Bela seus correligionários mandaram matar de emboscada um patriarca dos Pereira, o ex-prefeito Manoel Pereira da Silva Jacobina. A frustração perturbava-o de tal maneira, que renunciou ao mandato de prefeito entregando o município ao vice [...]. Logo depois se transferiu para Garanhuns, onde faleceu não sem antes de haver plantado no solo fértil de Vila Bella a semente do banditismo. Daí dizer-se que com ele começou a época do obscurantismo do Sertão do Pajeú, vigente até 1930 (Lorena, 2019, p. 61).

Destacam-se aqui os sentimentos de honra e vergonha atrelados às categorias de religiosidade, família e política. Nas palavras de Luiz Lorena, o padre Afonso Pequeno tornou-se desafeto dos Pereiras pela escolha política dele em favor de seus adversários, os Carvalhos. Diante disso, ao Monsenhor restou o estigma da vergonha que, especialmente por ser padre, acabou – no julgamento moral de Luiz Lorena – sendo ele responsável por ter plantado ali a “semente do banditismo”. A pecha da vergonha ganha força quando se reafirma que o Monsenhor foi uma espécie de marco inaugural para um período de “obscurantismo” na região.

Na verdade, e contextualizando, a partir dali a família Pereira amargou pouco mais de duas décadas de alijamento político com sucessivas derrotas e perseguições dos seus rivais que até então, à frente da estrutura do Estado, usufruíam desse privilégio para retaliar-los com uso da força da polícia. Chama ainda a atenção o fato do padre ter sido citado como alguém que ficou “perturbado e frustrado” após saber do assassinato de um Pereira pelos seus correligionários, especialmente, diante o fato

dos Pereiras já terem ameaçado de morte quem fosse concorrer às eleições para os anos 1907-1910 contra eles (Nogueira, 2021). As palavras de Luiz Lorena, em sua obra, sinalizam o sentimento do medo por uma eventual vingança a quem ousou bater de frente com os Pereiras. Tem-se aí a vergonha, a desonra, o medo, a perturbação e a frustração como emoções atribuídas ao universo moral dos rivais da família.

Outra categoria que pode ser observada na obra de Luiz Lorena é a noção de empreendimento moral, muito bem detalhada por Becker (2008). Os empreendedores morais criam e impõem regras de conduta a serem seguidas. Um bom exemplo disso é o registro que faz Luiz Lorena em seu livro sobre o que ele classificou como “Código de Posturas Municipais”, publicado em forma de lei em Serra Talhada em dezembro de 1955 quando ele era prefeito da cidade. Assim, Lorena envereda pelo o que Becker (2008) tipifica como “cruzada moral” contra o avanço da quantidade de mendigos no município, nestes termos:

CÓDIGO DAS POSTURAS MUNICIPAIS - 26/12/1955. O município de Serra Talhada indica uma fórmula para solucionar o problema da mendicância urbana. DA MENDICÂNCIA - Art.70 - Somente será tolerada a mendicância até que esteja satisfatoriamente resolvido o problema da assistência social do município. PARÁGRAFO ÚNICO - Para que o Poder Público Municipal possa pôr termo a esse problema secular é indispensável que promova entendimentos com instituições de caridade e associações comerciais. Art.71 - Será considerado mendigo o indivíduo maior que realmente necessite de esmolas, visto não dispor de recurso algum e não poder trabalhar dada a precariedade de saúde ou pelo estado de velhice. Art.72 - A nenhum indivíduo será permitido esmolar sem que apresente o cartão de identidade fornecido gratuitamente pela Prefeitura. Art.73 - Para os efeitos do artigo anterior os mendigos reconhecidos como tais, serão inscritos em livro próprio da municipalidade desde que nela residam há mais de um ano. Feita a inscrição, será fornecido o cartão de que trata o artigo anterior. Art.74- Será encaminhado à autoridade policial o indivíduo que for encontrado a mendigar sem estar inscrito na forma indicada nos artigos anteriores (Lorena, 2019, p. 104-105).

Desse Código de Posturas Municipais, parece inimaginável o fato de se ter que apresentar uma “carteirinha de mendigo” contendo o selo da prefeitura atestando a miserabilidade da pessoa para não se correr o risco de ser preso caso não tenha se cadastrado. Sobre esse contexto, define Becker (2008) que

as cruzadas morais são em geral dominadas por aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social, significam que eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem da sua posição superior na sociedade. [...] o cruzado moral está mais preocupado com os fins do que com os meios (Becker,

2008, p. 79-80).

Atento à contemporaneidade do seu livro de memórias, publicado no início de 2001, Luiz Lorena condena na obra a escravidão, muito embora tenha enfatizado que no município as fazendas que mais concentravam escravos eram dos seus antepassados Pereiras. Diante disso, escreve:

Fui menino da vida pastoril mantendo contato direto com os descendentes de escravos do tempo do meu avô. O meu pai refratário à segregação racial não admitia preconceito sob qualquer título. Os escravos de Serra Talhada viviam em regime de liberdade relativa. Aqui o trabalho não se revestia da crueldade levada a efeito na zona da cana de açúcar. Julgo de maior importância histórica tecer comentários sobre o tráfico de escravos em Vila Bela. Sabe-se que os fazendeiros deste município compravam pretos africanos para utilizarem como escravos. Esse procedimento foi norma legal em todo o país. [...] a posteridade jamais saberia que em algum tempo vendiam-se e compravam-se seres humanos como se fossem animais desprovidos de alma e de sentimento. Este registro resgatará com a posteridade o conhecimento dessa verdade ignominiosa (Lorena, 2019, p. 105-106).

Destaque-se do trecho acima três pontos do discurso do autor, após Luiz Lorena admitir ser descendente do grupo de maiores escravistas da região: a) a justificção da escravidão em seu âmbito legal; b) a condenação da escravidão do ponto de vista moral; c) a relativização da escravidão do ponto de vista social, como se em Serra Talhada os escravos tivessem dos seus senhores mais dignidade. Isso lança sobre a memória dos antepassados escravistas de Luiz Lorena uma áurea de distinção perante as formas de escravidão exercidas em outras regiões. No entanto, de outro ponto de vista, esse discurso não deixaria de ser uma estratégia do autor amenizando a exploração escrava entre os seus, o que reverbera na honra social da família.

Ainda, dentre o leque de memórias compartilhadas pelo autor, tem-se o registro, mais uma vez recorrente, da conduta distinta dos antepassados da família e a busca por semelhanças com os padrões de costumes da nobreza europeia. Sobre isso, Luiz Lorena (2019) escreve a partir do relato da inauguração da casa do Barão do Pajeú, Andreino Pereira, da seguinte maneira:

Construída na Praça Sérgio Magalhães, num terreno de mil metros quadrados, foi inaugurada com um grande baile no bom estilo sertanejo onde os cavalheiros exibiam os melhores ternos de casimira importada e as damas com penteados de pastinha e vestidos de roda. Na ocasião comemorava-se o recebimento do título nobiliárquico de Barão pelo coronel Andreino Pereira. Essa solenidade poderia ser considerada como sendo o primeiro baile municipal de Vila Bela, porquanto se repetia anualmente nos dias 7 e 8 de setembro para festejar a

independência do Brasil e a festa da padroeira. Tornou-se rotina essa prática, de tal forma que o senhor Manoel Policarpo Lima dizia que ‘a casa do Barão fora na verdade um território livre’ onde nos dias de festa todos circulavam livremente sem a menor preocupação com o preconceito político. Do Barão Andreino Pereira disse o coronel Cornélio Soares: “Um homem de personalidade forte, dinâmico e pacífico, não guardava rancor, era político para o tempo moderno”. As festas do Barão eram encerradas com cavalhadas no melhor estilo mouro: dono do melhor haras do município, os seus lanceiros disputavam prêmios e ofereciam suas vitórias às jovens casadoiras ali presentes. Contudo, as festas sempre programadas para o mês de setembro eram promovidas com maior brilhantismo possível. Na casa do Barão foi construído um sótão de madeira com varandas em forma de mezanino que servia de camarote para as autoridades e convidados ilustres. [Em outra ocasião,] na passagem do século, embora o seu pai estivesse sofrendo crises diabéticas que o vitimou, o coronel Antônio Pereira promoveu em Vila Bela, na casa do Barão uma solenidade festiva e baile à noite. A missa à noite na homilia o padre Anízio de Torres Bandeira desejou que o novo século fosse de paz e prosperidade a nossa gente. Os cavaleiros das fazendas Barra do Exu e Pitombeira fizeram apresentação da Cavalhada Moura em grande estilo. As despesas com o evento foram cobertas, como sempre, pela fazenda do coronel (Lorena, 2019, p. 192-194).

Nesta citação, o autor reforça os costumes nobres da família que fazem lembrar descrições da configuração de Elias (2001) da *sociedade de corte*. Pelo relato, os eventos organizados pelo Barão reuniam os mais diferentes membros da elite política da época, todos imersos rotineiramente, ano a ano, a participar do mesmo ciclo de festejos sob o ângulo da mesma pressão social de desfrutar do mesmo ciclo de prestígio.

Num contraponto com as palavras de Elias (2001, p. 118), sob o espectro da Corte, essa “coerção primordial provinha da sociedade, para essas pessoas, afirmarem sua condição de aristocratas”. Condição essa que tem o objetivo prático de manter a distância das classes popularescas.

A conservação da distância torna-se, com isso, o motor ou a marca decisiva do seu comportamento. [...] onde quer que existam tendências de elitização em uma sociedade, mesmo que sejam poucas, evidencia-se o mesmo fenômeno” (Elias, 2001, p. 119).

Outro exemplo identificado da coerção social refletida no distanciamento e busca por distinção da família Pereira diante outros que não fossem da mesma linhagem de sangue, identificamos o triste relato de um fato trágico ocorrido no seio da casa do Barão do Pajeú, sob o relato de Luiz Lorena, diante a lei de não misturar o “sangue Pereira” com outros que não fossem de mesmo nível e parentesco.

O Brasil herdou do velho mundo um preconceito muito desgastado nos tempos atuais. Na Europa os casamentos dos príncipes e princesas teriam necessariamente que ser contraídos entre os jovens das cortes para que o “sangue azul” não fosse contaminado pelo plasma plebeu. Na colônia, esse costume chegou aos barões do café no Sudeste. No Nordeste, mais precisamente em Pernambuco, os senhores de engenho de açúcar, depois usineiros interferiam no sentido de assegurar a continuidade da aristocracia canavieira. O sertanejo não poderia ser exceção. Aqui, a aristocracia cabocla tinha o seu cordão umbilical ligado a Casa da Torre. Mas um dia o cupido entrou pela frente da casa do Barão. A jovem Maria Verônica, de rara beleza, enamorara-se do jovem comerciante Antônio Romão de Farias, figura excelente, de fino trato, elegante no vestir mesmo depois da maturidade. O coronel Antônio Pereira [filho do Barão], pai de Maria Verônica, de imediato mandou-a de volta à fazenda para evitar sua aproximação com aquele “almofadinha”. Na vivenda da Fazenda Pitombeira, acompanhada de descendentes das velhas mucamas, Verônica sentiu-se ferida em seu amor próprio e solidão. Daí a decisão extrema: pôs uma cadeira diante da imagem de Cristo na sala de estar da residência e, engatilhando um revólver, atirou no próprio ouvido. Encontram Maria Verônica com a cabeça reclinada sob o espaldar da cadeira sangrando, na mão esquerda um papel onde escrevera: ‘Jesus Cristo, como na hora de sua crucificação, eu também rogo, senhor: Em tuas mãos entrego a minha alma (Lorena, 2019, p. 194).

É a partir dessa perspectiva que se reforçam símbolos e valores do jogo da honra. Retomando Elias (2001), nessa perspectiva, o jogo da honra serve de motivação para forjar a conduta dos grupos de elite na busca por distinção. Em outros termos, a coerção que deriva o símbolo da honra é uma coerção que visa salvaguardar a existência de seu detentor como existência socialmente distinta. “A honra é um valor em si, ela glorifica a existência de seu detentor” (Elias, 2001, p. 119). Têm-se, a partir dessa compreensão, elementos para se entender os motivos da busca por autoafirmação do “orgulho Pereira de ser”, como um orgulho que culmina no anseio – nas palavras de Norbert Elias – da glorificação da própria existência.

Uma das passagens do livro que sacramentam essa argumentação encontra-se, justamente, nas páginas finais da obra de Luiz Lorena, quando o autor tem o orgulho de constatar que, no ano de publicação do seu livro, disputaram a Prefeitura de Serra Talhada, duas falanges políticas da família Pereira. A prática vem sendo recorrente a partir de alianças sempre com membros de outras famílias tradicionais, há mais de 200 anos no município. Segue o trecho escrito pelo autor:

Ano 2000, fim de século e de milênio, Serra Talhada viveu incontestavelmente uma fase áurea e de pujança democrática, porquanto, os dois grupos políticos mais fortes se confrontaram lançando dois primos nascidos da família Pereira. De um lado, o Dr.

Genivaldo Pereira Leite, com visível apoio popular liderado pelo deputado Augusto César [Carvalho] e pelo decano político autor desta obra. O situacionismo chefiado pelo deputado Inocêncio Oliveira, tendo como suporte a popularidade do prefeito Tião, seu mano, teve como candidato a prefeito o médico Carlos Evandro Pereira de Menezes, que liderou uma campanha razoavelmente saudável e de bom nível. A linguagem foi respeitosa e o resultado do pleito recebido em ambiente de absoluta tranquilidade (Lorena, 2019, p. 359-360).

Esse mesmo cenário identificado por Luiz Lorena nas eleições de 2000 – o qual vem sendo perpetuado repetidas vezes ao longo da República, fruto da trajetória de poder da família Pereira no período do Império e, antes mesmo, no Brasil Colônia – se renovou nas eleições de 2020, quando o Pereira Carlos Evandro (AVANTE) lançou a sua esposa pela oposição sob a alcunha registrada em cartório eleitoral, assim: “Socorro de Carlos Evandro”. E, no polo governista, enfrentou a prima Márcia Conrado (PT). Paradoxalmente, ela elegeu-se sob o símbolo da renovação política em Serra Talhada por ter sido a primeira prefeita na história da cidade. De outro modo, renovou-se também o célebre Tomasi di Lampedusa (1963) quando consagrou a máxima: É preciso que tudo mude, para que tudo permaneça como está.

Considerações finais

A noção de honra ainda pode ser, e muito precipitadamente, encarada como um conceito estanque e ultrapassado à análise social. Contudo, a presente pesquisa busca contribuir com o debate no campo das Ciências Sociais frente às discussões consideradas ainda conflituosas sobre o tema.

É possível que a noção de honra, enquanto economia moral engloba um sistema fluido de valores que ainda hoje serve como elo de sociabilidade entre membros que compartilham do mesmo sobrenome, seja por meio da exaltação de um *ethos de poder familiar*, seja pela força de reconversão que ganha esse orgulho em *capital político-familiar* (Monteiro, 2017). A noção de honra tem adquirido diferentes interpretações ao longo do tempo, o que proporciona à pesquisa o estudo de como tais transformações são absorvidas entre indivíduos de uma mesma simbologia parental enquanto atribuição de sentido aos desafios hodiernos.

Tomando a realidade de um contexto local como de Serra Talhada, neste artigo foi possível apresentar alguns elementos que podem servir para fortalecer o *ethos de poder familiar* de elites políticas no país mediante conjunções simbólicas como as que foram identificadas e utilizadas: livros de memórias com o culto aos

costumes nobres e “guerreiros” de antepassados; contemplação pública do sentimento de orgulho do parentesco familiar; realização de festas em alusão ao nome da família; e, ainda, perpetuação desse afeto por meio da construção de genealogias.

Referências

- BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina.** Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERREIRA, Cicero Aguiar. LUIZ CONRADO DE LORENA E SÁ. **Família Pereira do Pajeú,** Recife, 18 set. 2016. Disponível em: <https://famiapereira.net.br/%E2%80%8Bluiz-conrado-de-lorena-e-sa/>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- LAMPEDUSA, Tomasi di. **O leopardo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1963.
- LORENA, Luiz. **Serra Talhada - 250 anos de história e 150 anos de emancipação política.** Serra Talhada: Desafio Art e Gráfica, 2019.
- MONTEIRO, Marciano. **A política como negócio de família: por uma sociologia política das elites e do poder político familiar.** São Paulo: LiberArs, 2017.
- NOGUEIRA, Valdir. **Entre rezas e bacamartes.** Recife: CEPE, 2021.
- SÁ, Giovanni Alves Duarte de.; CAMPOS, Andréia Carla de Magalhães Campos. Reflexões sobre a honra como categoria de análise social: Um olhar sobre o poder familiar no Nordeste brasileiro. **REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR**, v. 8, n. 1, p. 103-118, 2022.
- SILVA, Emanuelle. **Delegado diz que crimes de família ainda são atuais em Serra Talhada.** Farol de Notícias, 2019.
- WEBMASTER. CONVITE: LANÇAMENTO NO RECIFE. **Família Pereira do Pajeú,** Recife, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://famiapereira.net.br/convite-lancamento/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

WILSON, Luiz. Vila bela, os pereiras e outras histórias. Recife: CEHM, 2018.

Recebido: 31 jan 2024

Aceito: 13 abr 2024